



Gênese e atualidade da noção de América Latina:
uma reflexão sobre o sentido histórico da integra-
ção continental

Genesis and present meaning of the notion of La-
tin America: a reflection about the historical mea-
ning of the continental integration

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos¹

Resumo: Este texto tem como objetivo refletir sobre a pertinência da noção de América Latina no século XXI, por meio de um diálogo crítico com as posições sustentadas pelo historiador inglês Leslie Bethell em texto recente, que faz referência particularmente ao Brasil (BETHELL, 2009). Para estabelecer esse diálogo, recuperaremos o debate em torno das origens da expressão no século XIX, apresentando como um contraponto o ideário de *Nuestra América* forjado pelo cubano José Martí. Nossa hipótese é que a pertinência da noção de América Latina como categoria geopolítica está referida a uma apreciação da natureza dos nexos entre essa região e os Estados Unidos no mundo contemporâneo.

Palavras-chave: América Latina; Nuestra America; Integração Regional.

Abstract: This article intends to discuss the validity of the notion of Latin America

¹ Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Curso de Relações Internacionais da Escola Paulista de Economia, Política e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (EPPEN-UNIFESP). Rua Angélica, 100. Jardim das Flores, Osasco, CEP 06110-295. Este artigo é uma versão aprimorada de trabalho apresentado no *III Congreso de Estudios Caribeños* em julho de 2014 na cidade de Santa Marta, Colômbia, e integra uma pesquisa sobre a pertinência da noção de América Latina no século XXI.

in the 21st century, through a critical dialogue with the propositions sustained by the English Historian Leslie Bethell in a recent text, particularly referred to Brazil. With that aim, we recall the debate around the origins of this expression in the 19th century, presenting as a counterpoint José Martí's idea of *Nuestra America*. Our hypothesis is that the present relevance of the notion of Latin America as a geopolitical category is related to an appreciation of the nature of the connections between this region and the United States in the contemporary world.

Keywords: Latin America; *Nuestra América*; Regional Integration.

Introdução

Questionar o estatuto político e cultural da América Latina não é uma novidade, como denunciam as linhas iniciais do ensaio “Caliban”, escrito em 1971, do poeta e crítico literário cubano Fernández Retamar (FERNÁNDEZ RETAMAR, 2004). Ao longo do século XX, alguns dos intelectuais mais criativos do continente se debruçaram sobre essa problemática, que teve como principal expoente nos campos da filosofia e da história das ideias o mexicano Leopoldo Zea (ZEA, 1957; 1976; 1985; 1995). A novidade é ver um historiador inglês decretar a inutilidade do conceito, o que talvez gerasse pouca repercussão não fosse o fato de que esse professor organizou uma obra de referência sobre a área: “História da América Latina” editada pela Universidade de Cambridge, traduzida para o castelhano e o português, e indicada como referência bibliográfica em cursos superiores sobre o tema ao redor do mundo (BETHELL, 1990-1996). A pedra angular do raciocínio apresentado pelo professor para desmontar o conceito é defender a impertinência de considerar o Brasil como parte da região no século XXI, o que instiga brasileiros que pensem o contrário a se manifestarem.

Em seu texto “O Brasil e a ideia de ‘América Latina’ em perspectiva histórica”, publicado no país em 2009, o historiador inglês Leslie Bethell, inicialmente, reconstituiu a construção da ideia de América Latina no século XIX. O autor demonstrou que os hispano-americanos não integravam o Brasil em suas discussões, e tampouco os brasileiros se enxergavam como partícipes de projeções de unidade continental. Bethell argumentou que foi somente após a Segunda Guerra Mundial que se gestou no país a percepção de uma identidade latino-americana. Em um raciocínio análogo ao que John Phelan (PHELAN, 1986) construiu sobre a afirmação da América Latina como uma denominação continental, o historiador inglês sugeriu que o motor dessa mudança de percepção não seria endógeno, mas radica em alterações na formulação da política externa dos Estados Unidos, que passam a encarar o continente dessa maneira. Bethell encerrou seu texto indicando que, pela primeira vez em sua história, a política externa brasileira tem como foco a América do Sul (mas não a América Latina), interpretada como um caminho para afirmar-se como uma potência regional. O texto é concluindo com a seguinte sentença:

É chegada a hora de o mundo parar de considerar o Brasil como parte daquilo que, na segunda metade do século XX, foi chamado de América Latina, um conceito que seguramente perdeu a utilidade que talvez tenha tido alguma vez (BETHELL, 2009, p. 289).

O presente artigo toma como ponto de partida as proposições de Bethell, aliadas a questionamentos instigados por minha experiência profissional na UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana) em Foz do Iguaçu - universidade que, como o próprio nome anuncia, tem como referência a integração continental - para uma reflexão orientada a restituir a densidade política da noção de América Latina no século XXI, em particular para os brasileiros.

Embora a resposta a Bethell seja antes um pretexto do que um objetivo deste texto, seu fio condutor é o nexos estabelecido entre as duas proposições conclusivas do artigo do historiador inglês: a impertinência em considerar o Brasil como parte da América Latina na atualidade e, como decorrência, a inutilidade do próprio conceito. Contrapondo-se a esse raciocínio, procuro restituir as premissas históricas que conferem sentido à noção de América Latina como expressão de um desígnio de unidade continental e, como desdobramento, reafirmar os fundamentos políticos de um horizonte civilizatório para o Brasil referido a América Latina. Minha hipótese é que a pertinência dessa noção está relacionada, por um lado, a uma apreciação da natureza dos nexos entre essa região e os Estados Unidos no mundo contemporâneo e, por outro, às premissas políticas que orientam o horizonte civilizatório que se projeta para o Brasil.

1.

Os dois estudos seminais em torno à gênese do termo América Latina foram publicados no ano de 1965, respectivamente pelo historiador estadunidense John Phelan e pelo filósofo uruguaio Arturo Ardao (PHELAN, 1986), (ARDAO, 1965; 1980). Phelan argumenta que a noção de “América Latina” como uma entidade geopolítica foi cunhada e difundida nos marcos da ideologia panlatina forjada durante o império de Napoleão III na França. O historiador estadunidense sugeriu que o nexos ideológico entre a “Europa Latina” - expressão de curso corrente no Velho Mundo naquela conjuntura - e a “América Latina”, seria principalmente obra de um funcionário do império enviado ao Novo Mundo em décadas anteriores, Michel Chevalier. Nessa perspectiva, o termo indicaria uma área de potencial influência francesa na América, legitimando a invasão ao México, iniciada em 1861, no contexto da Guerra da Secessão nos Estados Unidos, mesmo ano em que Chevalier publicou o artigo que Phelan considerava como a referência original à expressão. A decorrência de maior impacto da hipótese do historiador estadunidense é uma leitura segundo a qual o termo “América Latina” foi forjado e difundido nos marcos da política expansionista francesa para o continente.

Quase simultaneamente ao trabalho de Phelan, Arturo Ardao apresentava resultados de uma pesquisa apontando em sentido diverso. O filósofo uruguaio mapeou múltiplas referências a uma “América Latina” em diversos políticos e publicistas da América hispânica, em meados do século XIX, até identificar nos escritos, do granadino José María Torres Caicedo, nos anos 1850, e, mais especificamente, em um poema intitulado “Las dos Américas”, uma mudança significativa: o termo “latino” tornara-se um substantivo e não mais um adjetivo de América. Desde então, a paternidade da expressão tem sido objeto de polêmica. O historiador chileno Miguel Rojas Mix defende a primazia de seu compatriota Francisco Bilbao, que teria veiculado o termo em uma conferência em Paris, em 1856, cidade em que também vivia Torres Caicedo. Rojas

sugere que o intelectual granadino se apropriou do termo empregado por Bilbao, que posteriormente o abandonaria por motivos políticos, como resposta crítica à invasão francesa ao México (ROJAS MIX, 1986).

Mais recentemente, a historiadora Aims McGuinness identificou a expressão em um texto intitulado “La cuestión americana y su importancia”, publicado no mesmo ano de 1856 pelo representante panamenho no Senado colombiano, Justo Arosemena (AROSEMENA, 1982). Reivindicado posteriormente como uma espécie de patrono do nacionalismo panamenho, Arosemena defendeu, na ocasião, um projeto de união hispano-americana em termos similares aos avançados por Torres Caicedo, ao mesmo tempo em que lutou pela autonomia dessa província colombiana (MCGUINNESS, 2008).

O contexto que produziu essa circulação simultânea da expressão é iluminado pelo livro da historiadora estadunidense, “Path to Empire” (MCGUINNESS, 2008). Estudando as relações entre a corrida para o oeste nos Estados Unidos e a questão social e racial na região do istmo do Panamá, a historiadora sugeriu nexos entre os conflitos decorrentes da expansão estadunidense e a difusão da expressão “América Latina”. Em 1848, mesmo ano em que foi assinado o tratado Guadalupe-Hidalgo, consumando a expansão territorial dos Estados Unidos a expensas do México vencido na guerra, anunciou-se a descoberta de ouro na Califórnia. Este episódio desencadeou migrações massivas de americanos do leste para o oeste do país, forçados a atravessar o continente por um de seus pontos mais estreitos: o istmo de Tehuantepec no México, a rota nicaraguense aproveitando-se do lago no interior do país, ou mais comumente, através do Panamá, que integrava a Nova Granada (futura Colômbia) naquele momento. Esse afluxo em massa de estadunidenses à região causou diversos conflitos analisados por McGuinness, culminando na primeira de muitas intervenções militares estadunidenses na história panamenha, em 1856.

É neste mesmo ano que, após prestar serviços à facção vencedora na guerra civil entre Leon e Granada, ascendeu à presidência da Nicarágua o famoso flibusteiro William Walker. Múltiplas motivações se entrelaçaram na empreitada desse filho do Tennessee, incluindo a disputa entre empresários ianques pela exploração da rota interoceânica, através do Lago Nicarágua, e o projeto sulista de adicionar um voto escravista à federação, como pretendeu a fracassada expedição de Narciso Lopez a Cuba em 1850. De fato, em seu breve governo, reconhecido pelos Estados Unidos, Walker aboliu as leis anti-escravistas. Deposto por uma coligação militar liderada pelo presidente da Costa Rica, o flibusteiro prosseguiu em suas atividades até ser executado por autoridades hondurenhas em 1860 (LAFEBER, 1993).

Antes de serem episódios isolados, esses eventos evidenciaram o movimento de expansão estadunidense, embalado pela ideologia do destino manifesto, em uma conjuntura em que os interesses do país também se expandiam em direção à Ásia (WILLIAMS, 1962). É esse o substrato político da ocorrência simultânea da expressão em Torres Caicedo, Bilbao e Arosemena – quem, diga-se de passagem, cita a conquista do Texas, o flibusteiro William Walker e a expedição do Comodoro Perry ao Japão em sua defesa do “interés latinoamericano”. Assim, a despeito da polêmica em torno do pioneirismo no emprego do termo, a senda aberta por Ardao mostrou que, ainda que a matriz ideológica subjacente à expressão “América Latina” seja tributária da cultura europeia em geral e francesa em particular, foi como uma reação política nativa à projeção estadunidense, particularmente na América Central, que o termo ganhou a

densidade histórica que o consagrou.

2.

Afastando-se da polêmica em torno à paternidade do termo, a historiadora Monica Quijada critica a visão de Phelan, adicionando um argumento político ao debate, ao perguntar-se porque adotariam os latinoamericanos um termo identificado com uma agressão unanimemente condenada na região. Aceitando a gestação endógena da expressão, Quijada enfoca, portanto, um problema diverso: por que a expressão América Latina foi adotada nos anos seguintes, em detrimento de concorrentes como América Espanhola ou Gran Colombia (QUIJADA, 1998).

Segundo essa historiadora, a explicação decorre da confluência entre dois fatores: o ressurgimento de tendências que advogavam a unidade entre os países da América espanhola, em resposta ao expansionismo estadunidense, e a “racialização” das categorias explicativas, parte de um fenômeno geral no ocidente no século XIX. Assim, tanto Bilbao como Torres Caicedo (bem como Arosemena, que não é citado em seu texto), referem-se à oposição entre a América Latina e a América anglosaxônica em termos raciais: “la raza latinoamericana”, descreve o chileno no Evangelho Americano, enquanto o poema do segundo diz: “La raza de la América latina / al frente tiene la sajona raza”.

Nesse sentido, embora gestada na América hispânica, a dicotomia entre América Latina e América Anglosaxônica está referida a um vocabulário e a uma visão de mundo característicos da Europa do século XIX, em que era corrente a oposição entre a Europa Latina e a Anglosaxônica, ou germânica, como lembra Quijada:

De hecho, al promediar el siglo XIX era tan normal hablar de las “razas” en general, de la división del género humano en “razas superiores” e “inferiores” e incluso de las rivalidades entre la “raza latina” y la “germana” o “anglosajona”, como lo es hoy referirse a “culturas”, a “naciones”, o a las rivalidades entre Estados (QUIJADA, 1998, p. 599).

Quais as vantagens subjetivas, do ponto de vista dos hispano-americanos, em adotar a denominação “América Latina”? Segundo a historiadora espanhola, a filiação latina conferia projeção universal aos seus dilemas, inscritos na oposição entre latinos e anglosaxões, o que poderia motivar simpatia europeia a sua causa, mas, sobretudo, pode ser interpretado como uma maneira de afirmar o estatuto civilizatório daqueles que Benedict Anderson chamou como os “Estados Criollos” (ANDERSON, 2003). O intelectual chileno Walter Mignollo, que também se debruçou sobre o problema, acrescenta uma perspectiva de classe a esse argumento quando aponta que a reivindicação latina não contradizia a reprodução dos privilégios sociais, assentada na discriminação de negros e índios no continente (MIGNOLLO, 2005).

A identidade latino-americana se afirmaria nos decênios seguintes à luz dos esforços do secretário de Estado norte-americano, James Blaine, para concretizar uma união panamericana, em nome da qual convocou uma conferência em Washington nos anos 1880.

No entanto, seria a intervenção dos Estados Unidos na guerra de independência

de Cuba em 1898 – que se converteu então em uma “Guerra Hispano-americana” – o marco referente dessa consciência hispano-americana, como mostra, entre outros, o crítico literário espanhol Teodosio Fernandez (FERNÁNDEZ, 2000). A indignação frente à agressividade dos Estados Unidos aproximaria homens de letra hispano-americanos das raízes espanholas do continente, a despeito da simpatia generalizada com a causa cubana prevalente na época.

Assim, no próprio ano de 1898, Ruben Dario mobilizou a figura de Caliban em defesa do campo hispânico e, na virada do século, o uruguaio José Enrique Rodó celebrou, no continente, a dicotomia com Ariel em seu ensaio (RODÓ, 1998). Entre outras expressões dessa consciência identitária, nos anos seguintes, é possível mencionar, em polos opostos do sub-continente, a utopia da “Nação Latinoamericana” avançada pelo argentino Manuel Ugarte (UGARTE, 1987), e as especulações em torno a uma “raça cósmica” do ministro revolucionário mexicano José Vasconcelos – indicando a longevidade da noção de raça na América Latina, ainda que em uma direção humanista, sugerida pela consigna que batizou a Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM): “por mi raza hablará el espíritu” (VASCONCELOS, 2002).

Retomando o argumento de Monica Quijada, observa-se que no processo de afirmação da identidade latino-americana no final do século XIX e princípios do século XX, conflui uma reação ao expansionismo estadunidense que a historiadora espanhola denominou como uma “racialização” das categorias explicativas. Assim, a “América Latina” afirmou-se em oposição à “América Anglo-saxônica” e por aproximação ao legado latina da cultura europeia. Depois dos eventos na América Central que motivaram o termo na sua origem, Quijada identificou, na Primeira Conferência Panamericana, convocada por James Blaine e na Guerra da Independência Cubana, entre 1895-98, dois marcos sucessivos nesse processo identitário.

Houve um personagem que participou desses dois eventos e cujo ideário, na minha leitura, endossa a interpretação de Quijada por um caminho complementar. O cubano José Martí (1853-1898) participou da Conferência Panamericana, em 1889, como delegado pelo Uruguai e teve atuação decisiva, juntamente com o delegado argentino, Roque Saenz Peña, para frustrar os desígnios estadunidenses. Saenz Peña, que depois seria presidente da Argentina, cunhou o lema “América para a humanidade” em oposição à doutrina Monroe (RONNING, 1970), enquanto Martí pronunciou um de seus discursos mais famosos, “Madre América”, em um evento cultural em que estavam presentes os delegados da Conferência.

Martí também foi o mentor intelectual e principal articulador do Partido Revolucionário Cubano, fundado poucos anos depois (1892), responsável por desencadear a Guerra da Independência em 1895. Exegetas do pensamento martiano, como Fernandez Retamar, localizam no final dos anos 1880 a maturação do ideário do militante cubano, que se condensaria no projeto de “Nuestra América”. Dois eventos são considerados determinantes para essa evolução: os protestos operários em Chicago no ano de 1886 (que estão na origem do 1º de maio como dia do Trabalhador) e a referida Conferência Panamericana. Deve-se lembrar que Martí vivia nos Estados Unidos, depois de circular por diversos países latino-americanos (como México, Guatemala e Venezuela), já que estava banido de Cuba desde a sua prisão aos dezessete anos – pena que seu pai, um militar espanhol em serviço na ilha, conseguiu comutar pelo exílio (FERNÁNDEZ RETAMAR, 1971).

Consciente da vulnerabilidade da posição cubana, premida entre o colonialismo espanhol e o expansionismo estadunidense, Martí inscreveu a guerra da independência nas Antilhas em uma problemática mais ampla: o destino da América Latina. Para realizar esse movimento, o cubano realizou o seguinte percurso ideológico: em primeiro lugar, buscou um denominador comum entre os países americanos ao sul do Rio Bravo, que localizou na história: Martí identificou uma origem comum, que por sua vez, projetava um potencial civilizatório conjunto, percepção sintetizada em uma linha de sua alocução “Madre América”: “Del arado nació la América del Norte, y la Española, del perro de presa” (MARTÍ, 2000, t. 2, p. 425).

Em segundo lugar, Martí valorizou a especificidade da cultura latino-americana, na qual identificou um potencial civilizatório único e original, ao mesmo tempo em que salientava o estatuto particular da cultura europeia. Como premissas dessa reivindicação do americano, Martí integrou o indígena e o negro ao seu projeto de formação nacional e continental, em contraste notável, por exemplo, com Justo Arosemena, cuja confederação americana discriminava negros e aborígenes. A democratização radical do seu projeto político encontrou correspondência em um movimento no plano das ideias, em que o pensador cubano rechaçou a noção de raça como categoria social válida: “El hombre no tiene ningún derecho especial porque pertenezca a una raza o otra: dígase hombre, y ya se dicen todos los derechos” (MARTÍ, 2000, t. 2, p. 205).

Esse humanismo radical que embasou a política martiana, levou-o a desmascarar o substrato ideológico da dicotomia civilização e barbárie, em um contraste notável com o pensamento de Sarmiento:

(...) el pretexto de que la civilización, que es el nombre vulgar con que corre el estado actual del hombre europeo, tiene derecho natural de apoderarse de la tierra ajena perteneciente a la barbarie, que es le nombre que los que desean la tierra ajena dan al estado actual de todo hombre que no es de Europa o de la América europea (MARTÍ, 2000, t. 1, p. 450).

É pertinente recordar que quando esteve no Haiti, Martí conheceu Antenor Firmin, autor da obra “De l'égalité des races humaines” (FIRMIN, 2005), uma resposta contundente proveniente da república negra das Antilhas ao ensaio de Gobineau sobre a desigualdade das raças humanas, de extraordinária repercussão na Europa.

Em suma, ao projetar a luta cubana sobre o destino latino-americano, Martí buscou na história elementos de uma identidade comum cuja especificidade procurou valorizar, o que o levou a rechaçar a racialização das categorias: é esse humanismo radical que substancia a aliança social, que sustenta a política do PRC, sintetizada na consigna: “con todos y para el bien de todos”.

Por outro lado, enfrentando, simultaneamente, o colonialismo espanhol e o expansionismo estadunidense, Martí afastou-se de uma identificação do destino continental com a cultura latina projetando um horizonte civilizatório próprio, alicerçado na autoctonia. Em suas palavras, “La universalidad europea ha de ceder a la universalidad americana”. Daí a valorização dos povos aborígenes, traduzida na afirmação de que a nossa Grécia é preferível à Grécia que não é nossa, por nos ser mais necessária, assim como o vinho de plátano: “Injértese en nuestras repúblicas el mundo; pero el tronco ha de ser el de nuestras repúblicas”, sentencia Martí (MARTÍ, 2000, t. 2,

p. 483).

O ideário humanista martiano é sintetizado na noção de “hombre natural”, que supõe uma natureza humana transcendente para o homem americano, em contraste com o materialismo que domina a sociedade europeia e estadunidense. Martí propôs, para o continente, uma sociabilidade alternativa, alicerçada em uma racionalidade amorosa de inspiração cristã em oposição ao “ódio de classes” prevalente nas sociedades industriais.

Premido entre o colonialismo espanhol e o expansionismo estadunidense, Martí projetou para o continente um horizonte civilizatório alternativo, que não estava referido à Europa latina nem aos Estados Unidos. Em face deste dilema, foi levado a buscar uma denominação que refletiu de maneira lapidar os paradoxos envolvidos: Nuestra América, termo empregado anteriormente por diversos americanos, mas cujo sentido político original é, geralmente, atribuído a Francisco de Miranda (BOHORQUEZ MORÁN, 2003). Ao adotar esse termo, Martí assumiu a denominação europeia para a região, apropriada pelos Estados Unidos (“América”), indicando ao mesmo tempo, que o subcontinente estava destinado a não ser latino nem americano – no sentido inferido pela Doutrina Monroe. Afirma que seremos América afinal – como vislumbraram os europeus e projetaram os estadunidenses -, mas do nosso jeito.

Assim, convergem no ideário de Nuestra América um projeto geopolítico defensivo face ao expansionismo estadunidense e uma utopia humanista própria e original, de alcance universal. É nesse duplo sentido que o pensador cubano identificou o desenlace da guerra nas Antilhas com o “equilibrio del mundo”.

La guerra de independencia de Cuba, nudo del haz de islas donde se ha de cruzar, en plazo de pocos años, el comercio de los continentes, es suceso de gran alcance humano, y servicio oportuno que el heroísmo juicioso de las Antillas presta a la firmeza y trato justo de las naciones americanas, y al equilibrio aún vacilante del mundo (MARTÍ, 2000, t. 3, p. 517).

Retomando o diálogo entre a hipótese de Quijada e a análise de Martí, verificamos que, impossibilitado de identificar o destino latino-americano com a Europa latina em uma circunstância em que a Espanha era o inimigo imediato, o pensador cubano descarta a racialização das categorias ao mesmo tempo em que refere à autoctonia o horizonte civilizatório de sua utopia de unidade continental, face ao expansionismo estadunidense. Antes de ser uma operação ideológica, esse movimento correspondeu a uma radicalização política de sentido democrático do projeto martiano, que permitiu situá-lo entre os esforços pioneiros para subordinar o desenvolvimento capitalista aos desígnios da sociedade nacional no contexto de difusão das relações de produção capitalistas no continente.

Nessa perspectiva, o desenlace da Guerra da Independência cubana, em que a intervenção militar estadunidense no ocaso do conflito frustrou a emancipação nacional, encerra um paradoxo. Por um lado, conforme já observado, a imediata derrota espanhola no confronto com os Estados Unidos no Caribe e na Ásia provocou uma onda de hostilidade à potência americana, que se desdobrou em uma reivindicação da latinidade, evidenciada na repercussão do ideário arielista esboçado por Rodó. Por outro lado, na crítica arielista à “nordomania”, ressoa a racialização das categorias referida por Quijada. A radicalidade democrática do projeto martiano derrotado, em que índios e

negros eram protagonistas, é dissolvida em uma ideologia compatível com a reprodução dos privilégios sociais que caracterizavam as repúblicas criollas coevas.

Para nomear o problema em vocabulário político contemporâneo, a reação prevalente aos acontecimentos de 1898 na América Latina evidenciou a dimensão nacional do anti-imperialismo a expensas do seu conteúdo de classe, prefigurando um dilema recorrente na política democrática do continente ao longo do século XX². É esse descolamento entre soberania e igualdade que o intelectual cubano Fernández Retamar endereçou quando, no contexto da revolução cubana, reivindicou o papel de Caliban em lugar de Ariel para a América Latina, invertendo a leitura de Rodó.

3.

Até esse ponto, indicamos que a noção de América Latina se afirmou em resposta a expansão estadunidense, em um contexto em que a racialização das categorias informava um projeto político de unidade do subcontinente. Na sequência, ao recuperar o ideário martiano, observamos que a superação das categorias raciais correspondeu a uma radicalização da dimensão democrática da integração nacional, que se articulava à reivindicação de uma originalidade histórica como ponto de apoio de um projeto de unidade continental, vislumbrado, simultaneamente, como uma estratégia geopolítica defensiva face aos Estados Unidos, e um horizonte civilizatório próprio de estatura universal.

Nesse ponto, é possível localizar, com precisão, as premissas políticas que fundamentam a vitalidade do conceito de América Latina no século XXI: a pertinência de uma política de integração continental para contrarrestar as pressões do capital internacional, em geral, e dos Estados Unidos em particular, nos marcos de uma estratégia para assumir o controle sobre o tempo e o ritmo da mudança social, objetivando afirmar sociedades relativamente equitativas e autoreferidas. Ou para enunciar em uma linha, sua pertinência está referida a uma apreciação da atualidade de um projeto de unidade continental no contexto do imperialismo.

Assim, Leslie Bethell, ao afirmar que o conceito de América Latina “seguramente perdeu a utilidade que talvez tenha tido alguma vez”, inferimos que o historiador inglês considera desatualizada ou irrelevante a problemática que motivou sua origem, qual seja, a natureza assimétrica e predatória da relação entre os Estados Unidos e os demais países da região. Essa é uma leitura política possível, embora contestada por uma ampla e plural tradição crítica latino-americana, que situa a questão do imperialismo - ou para usar os termos da CEPAL, as relações centro-periferia - no âmago da problemática do subdesenvolvimento.

Por outro lado, ao considerar que o sentido do termo América Latina se esvaziou, desde que o México aderiu ao NAFTA (North American Free Trade Agreement) e o Brasil orientou sua política externa na direção da América do Sul, sob a égide da UNASUL, Bethell assume como dados processos políticos em curso e, portanto, objetos de disputa. Basta recordar o levantamento zapatista em Chiapas, em 1^o de janeiro de 1994, mesmo

2 Para dar dois exemplos: o debate entre Mariátegui e Victor Raul Haya de la Torre, líder da APRA; e os impasses na relação entre operários e movimento indígena na história da Bolívia, em particular na revolução de 1952 – que por sua vez, remetem ao problema da aliança operário-camponesa.

dia em que entrou em vigor o NAFTA, ou o plebiscito popular sobre a ALCA em 2002, ponto culminante de uma intensa mobilização social contra essa proposta no Brasil, e que incidiu no fracasso da iniciativa. Para aqueles que consideram irreversível os rumos da política mexicana, é pertinente lembrar que, embora os processos históricos não sejam reversíveis – porque o próprio tempo não o é -, tampouco são inexoráveis. Para dar dois exemplos aleatórios, eram raros os franceses que, no começo do século XX, imaginavam uma Argélia independente, ou os soviéticos que vislumbraram o esfacelamento da União quando morreu Stálin. Nessa perspectiva, a naturalização de um contexto político em disputa revela-se como um procedimento intelectual antidemocrático, na medida em que ignora o potencial de mudança social inerente à própria história, o que na era neoliberal ressoa à ideologia do fim da história.

Desse modo, reivindicar a atualidade do conceito de América Latina significa posicionar-se criticamente em relação às políticas que reafirmam uma inserção internacional da região subordinada aos Estados Unidos e que, como decorrência, reforçam a fragmentação continental, como é o caso do “Plan Colombia”, do NAFTA já citado, dos Tratados de Livre Comércio assinados por diversos países em anos recentes, entre outros. De forma correspondente, sugerir que a noção de América Latina está ultrapassada, justamente em função de políticas dessa natureza, revela um empenho em transformar uma questão em disputa em um fato consumado, operação característica da ideologia e não do pensamento crítico.

Em suma, se a noção de América Latina terá vitalidade conceitual em anos futuros, é uma questão em aberto, a ser resolvida não na academia, mas, sim, no terreno da política, no qual os intelectuais têm um papel relevante, mas limitado. Afinal, há sempre o risco de que a teoria seja atropelada pela história.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. 13ª impressão. Londres: Verso, 2003.
- ARDAO, Arturo. *La idea de Latinoamerica*. Montevideo: Semanario Marcha, 1282, 27 de noviembre de 1965.
- _____. *Genesis de la idea y el nombre de América Latina*. Caracas: Centro de Estudios Latinoamericanos Romulo Gallegos, 1980.
- AROSEMENA, Justo. *Fundación de la nacionalidad panameña*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1982.
- BETHELL, Leslie Bethell (Org.). *The Cambridge history of Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990-1996.
- _____. (Org.). *História da América Latina*. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1997-2009.
- _____. *O Brasil e a ideia de América Latina em perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos vol.22, n.44, 2009. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010321862009000200001&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 23 de Abril de 2015.
- BOHORQUEZ MORÁN, Carmen L. *Francisco de Miranda. Precursor de las independencias de la América Latina*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2003.

- FERNANDEZ RETAMAR, Roberto. *Todo Calibán*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.
- _____. *Lectura de José Martí*. México: Editorial Nuestro Tiempo, 1971.
- FERNÁNDEZ, Teodosio. *España y la cultura hispanoamericana tras el 98*. In: ROYANO, Lourdes (ed.). *Fuera del olvido: los escritores hispanoamericanos frente a 1898*. Santander: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria, 2000.
- FIRMIN, Joseph Antenor. *De l'égalité des races humaines: anthropologie positive*. Montreal: Mémoire d'encrier, 2005.
- LAFEBER, Walter. *Inevitable Revolutions. The United States in Central America*. 2 ed. New York: Norton&Company, 1993.
- MARTÍ, José. *Obras Escogidas*. 3 tomos. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2000.
- MCGUINNESS, Aims. *Path of Empire. Panama and the California Gold Rush*. Ithaca: Cornell University Press, 2008.
- MIGNOLLO, Walter. *The Idea of Latin America*. Oxford: Blackwell, 2005.
- PHELAN, John L. *El origen de la idea de Latinoamérica*. In: *Ideas en torno de Latinoamérica*. México: UNAM/ Unión de Universidades de América Latina, 1986, p. 441-455.
- QUIJADA, Monica. *Sobre el origen y difusión del nombre América Latina (o una variación heterodoxa en torno al tema de la construcción social de la verdad)*. *Revista de Indias*, vol. LVIII, n. 214, 1998. p. 595-616.
- RODÓ, José Enrique. *Ariel*. México: Porrúa, 1998.
- ROJAS MIX, Miguel. *Bilbao y el hallazgo de América latina: Unión continental socialista y libertaria*. Toulouse: Cahiers du Monde Hispanique et Luso-Brasilien-Caravelle, n. 46, 1986, p. 35-47.
- RONNING, C. Neale (ed). *Intervention in Latin America*. New York: Borzoi, 1970.
- UGARTE, Manuel. *La nación latinoamericana*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1987.
- VASCONCELOS, Jose. *La raza cosmica*. México: Porrúa, 2002.
- WILLIAMS, William Appleman. *The tragedy of American diplomacy*. Revised and enlarged edition. Nova lorque: Delta Book, 1962.
- ZEA, Leopoldo. *El pensamiento latinoamericano*. Barcelona: Ariel, 1976.
- _____. *A filosofia americana como filosofia*. São Paulo: Pensieri, 1995.
- _____. *America en la historia*. Madrid: Castilla, 1957.
- _____. *Filosofia de la historia latinoamericana*. México: Fondo de Cultura Economico, 1985.